EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES.

Cintya Vitória da Silva[1]

UERN - *Campus* Avançado de Pau dos Ferros

cintyavitoria@alu.uern.br

Profra. Dra. Disneylândia Maria Ribeiro[2]

UERN- *Campus* Avançado de Pau dos Ferros

disneylandiaribeiro@uern.br

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre educação especial numa perspectiva inclusiva é relembrar todo o contexto histórico dessa modalidade de ensino.. Isso porque, durante muito tempo, pessoas com alguma deficiência eram excluídas do convívio social e conviviam apenas com pessoas que possuíssem também deficiências. Atualmente, são constatados alguns avanços para incluir essa população no ensino regular, entretanto, incluir não é apenas colocar dentro de uma sala de aula, é repensar práticas, considerar novas metodologias e processos de formação. E, para conhecer a inclusão na prática, foram realizadas observações orientadas em uma sala de educação infantil.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo relatar as observações feitas durante o estágio supervisionado com crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a professora titular da sala. Visando conhecer o processo de formação e como planeja suas aulas incluindo o público da educação especial. Esta experiência contribui não somente de forma acadêmica, mas também profissional, pois, ao observar as crianças foi possível pensar estratégias de inclusão que pudessem ser utilizadas em salas de aulas futuras.

METODOLOGIA

Para fins metodológicos, esta pesquisa está fundamentada em Flick (2009), que compreende a abordagem qualitativa como aquela que considera a subjetividade presente nas experiências humanas como elemento essencial para a análise dos dados. Como também foram utilizados os conceitos de inclusão escolar de Mantoan (2003), que defende uma escola que se adapta às necessidade do aluno, e não o oposto. Nesse sentido, esta investigação configura-se como uma pesquisa qualitativa, realizada no contexto do Estágio Supervisionado I, no curso de Pedagogia, durante o período de observação na Educação Infantil. A análise dos dados coletados destaca as percepções e vivências das estagiárias, revelando um tratamento sensível e humanizado das observações em sala.

Trata-se também de uma pesquisa de campo, uma vez que foi desenvolvida no ambiente escolar, por meio da presença direta das estagiárias na rotina da instituição. É, ainda, de natureza, descritiva e interpretativa, pois baseia-se em levantamento teórico, descrição dos procedimentos adotados e análise dos dados produzidos no decorrer do estágio.

Os principais instrumentos metodológicos utilizados foram os roteiros de observação disponibilizados pela docente da disciplina de Educação Especial e Inclusão ofertada no 5° período de pedagogia, os registros realizados pelas estagiárias durante a observação participante, além de um questionário aplicado à professora regente da turma, com o intuito de aprofundar a compreensão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao observar a realidade do contexto da Educação Infantil, especialmente ao acompanhar as diferentes manifestações do TEA nos alunos da turma, torna-se essencial refletir sobre os fundamentos da inclusão escolar à luz de autores como Mantoan (2003), segundo a autora, a inclusão escolar exige mais do que a matrícula do aluno, envolve sua participação ativa, permanência com qualidade e condições reais de aprendizagem, o que implica em mudanças significativas na organização escolar e nas práticas educativas.

Esse posicionamento é reforçado quando a autora afirma que “é a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela!” (MANTOAN, 2003, p. 8). A partir dessa perspectiva, compreende-se que o processo de inclusão deve ser construído no cotidiano da

escola com base em relações de cooperação, respeito às diferenças e compromisso coletivo com o direito à educação para todos.

A análise foi feita em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no município de Pau dos Ferros, situado no interior do Rio Grande do Norte. Em uma turma de Pré Escola I, composta por 16 crianças, sendo duas com diagnóstico do TEA. Uma menina, que não foi informado o nível, e um menino nível II de suporte. Ambos com 4 anos de idade. Ao observá-los utilizando as fichas de observação disponibilizadas na disciplina, foi possível considerar aspectos como: interação com os colegas, com a professora, comportamentos, se segue rotinas ou não, interesse e participação nas atividades individuais e coletivas. Embora as crianças possuam o mesmo transtorno, é notório que não é igual para todos. Cada pessoa terá suas facilidades e dificuldades, além de haver um tempo para cada criança (e não se baseia no tempo de ninguém).

A menina, não oralizada, interage de forma mínima com os colegas. Prefere brincar sozinha, empilhando objetos, seja brinquedos ou materiais do dia a dia da sala de aula como: pincel de quadro, vasilhas de lanche, bem como gosta de enfileirar cola branca. Não demonstra interesse em contações de histórias, e quando se interessa, não prende a atenção por mais que 3 minutos. Gosta de cores, paredes coloridas, bolsas com desenhos, nisso, consegue prender a atenção. Atividades de pintura com lápis de madeira não demonstra interesse, joga os materiais para o lado. Atividades de pintura com tinta, prefere pintar o próprio corpo e o chão. Logo, a maior parte das atividades não faz. Para solicitar ajuda, puxa a professora pelo braço e coloca a mão no que ela deseja, seja abrir a garrafa de água ou pegar algum material alto.

O menino, oralizado, compreende a sequência da rotina e a segue. Participa ativamente das atividades, interage com os demais colegas e solicita ajuda quando é necessário. Mantem diálogo com os colegas e com a professora, expondo quando não está satisfeito com algo, seja o barulho, a sala desorganizada ou alguém usando algo de outra pessoa. Faz todas as atividades acompanhando o ritmo da professora. Não solicita ajuda para escrever, escuta atentamente as contações e reconta ao final das histórias. Algumas vezes, se distrai nos momentos de atividade para desenhar, mas ao falar com ele, já retorna à atividade.

Em concordância com Mantoan (2003), a inclusão escolar é um princípio orientador das práticas pedagógicas, fundamentando no direito de todos os alunos à educação, independente de suas condições, sejam físicas, intelectuais, socias ou emocionais. De acordo com a Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a instituição tem o dever de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Nesse sentido, para conhecer a realidade do espaço escolar, além da observação em sala de aula, foi aplicado para a professora regente um questionário com seis questões direcionadas a aspectos da formação continuada, estrutura da escola e recursos didáticos.

A professora entrevistada destacou a necessidade de cursos que apresentem atividades práticas voltadas para cada tipo de deficiência ou transtorno, como também estratégias para lidar com possíveis surtos ou crises. Em relação a participação em cursos e palestras sobre inclusão, a professora afirmou que já participou de algumas formações relacionadas ao tema. Quanto a parte estrutural da escola a professora mencionou que considera adequada às crianças, porém há limitações no requisito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a oferta de materiais didáticos acessíveis em diferentes formatos que atendam as necessidades desses alunos. Além disso, a professora relatou que nunca lecionou para alunos com deficiência física, mas realiza adaptações de materiais para alunos com outras necessidades educacionais especiais. Por fim, a professora foi questionada sobre as práticas pedagógicas que favorecem a aprendizagem dos estudantes com deficiência, ela destacou o uso de atividades diferenciadas, com recursos audiovisuais, jogos e brincadeiras que promovam o aprendizado.

CONCLUSÃO

Diante das observações e registros realizados durante o estágio acerca das crianças e das abordagens feitas pela professora, foi possível evidenciar a tentativa de inclusão para o público da educação especial no que tange a sua prática. Seus planejamentos são realizados considerando a turma, níveis de facilidades e dificuldades, bem como as especificidades, especialmente, do público com TEA. Na sala de aula, são apresentados e utilizados diversos materiais a fim de estimular o desenvolvimento das

crianças, sobretudo, da menina, que apresenta pouca socialização e interação com a professora e demais colegas.

Apesar das tentativas da professora, há uma falta no espaço escolar pois, não há o AEE, que poderia contribuir de forma significativa na aprendizagem das crianças não somente desta turma, mas de todo CMEI. Além disso, a docente enfatizou a falta de recursos voltado a este público, que seriam de grande utilização na sala de aula.

Dessa forma, é constatado que, para que a educação seja de fato inclusiva, há a necessidade de adequações para além da sala de aula. Portanto, torna-se essencial, repensar o papel da escola como um todo, assumindo um compromisso coletivo com a transformação das práticas excludentes ainda presentes no cotidiano. A inclusão não se faz apenas com recursos e adaptações, mas com uma mudança de postura, sensibilidade e escuta por parte de todos os envolvidos no processo educativo. Somente assim será possível avançar rumo a uma escola verdadeiramente inclusiva, onde a presença se converta em participação e pertencimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Educação Infantil; Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Tradução Roberto Cataldo Costa; Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. Porto Alegre. Artmed, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.